

# *Autopista Litoral Sul S.A.*

*Demonstrações Financeiras  
Referentes aos Exercícios Findos em  
31 de Dezembro de 2009 e de 2008  
(Em Fase Pré-operacional até  
21 de Fevereiro de 2009) e  
Parecer dos Auditores Independentes*


Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Diretores da  
Autopista Litoral Sul S.A.  
Joinville - SC

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado e do valor adicionado correspondentes ao período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações e o valor adicionado para o período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 e as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 21 de janeiro de 2010

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Walter Dalsasso  
Contador  
CRC nº 1 SP 077516/O-9 S/SC

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2009	31/12/2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2009	31/12/2008
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	27.296	4.872	Fornecedores	17	6.316	20.931
Contas a receber	4	4.089	-	Fornecedores - empresas ligadas	17	3.735	9.999
Estoques	5	366	379	Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas	11	4.327	-
Impostos a recuperar	6	806	326	Empréstimos e financiamentos	12	2.295	-
Despesas antecipadas	7	332	239	Obrigações sociais	13	1.738	820
Outros créditos	22	-	-	Obrigações fiscais	14	1.580	1.996
Total do ativo circulante		<u>32.911</u>	<u>5.816</u>	Cauções contratuais	15	3.271	2.883
				Taxa de fiscalização	16	583	535
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outras contas a pagar		<u>3.584</u>	<u>795</u>
Realizável a longo prazo-				Total do passivo circulante		<u>27.429</u>	<u>37.959</u>
Depósitos judiciais	3	-	-				
Imobilizado	8	226.230	98.661	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Intangível	9	2.349	151	Contas a pagar - sociedades ligadas	17	67.000	68.158
Diferido	10	25.505	35.545	Empréstimos e financiamentos	11	150.494	55
Total do ativo não circulante		<u>254.087</u>	<u>134.357</u>	Total do passivo não circulante		<u>217.494</u>	<u>68.213</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>286.998</u>	<u>140.173</u>	Capital social	19.a	51.001	34.001
				Prejuízos acumulados		(8.926)	-
				Total do patrimônio líquido		<u>42.075</u>	<u>34.001</u>
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>286.998</u>	<u>140.173</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2009)

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	31/12/2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Serviços prestados		75.398
Deduções dos serviços prestados (tributos)		(6.083)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		<u>69.315</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(59.220)
RESULTADO BRUTO		<u>10.095</u>
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	20	(8.172)
Honorários da Administração	21	(523)
Tributárias		(157)
Outras receitas operacionais		235
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>1.478</u>
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	22	2.232
Despesas financeiras	22	(12.636)
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(8.926)</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO - R\$	2.k	<u>(0,1750)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	1
Aumento do capital social em 6 de fevereiro de 2008		34.000	-	34.000
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		<u>34.001</u>	<u>-</u>	<u>34.001</u>
Aumento do capital social em 27 de fevereiro de 2009	19.a	15.000	-	15.000
Aumento do capital social em 19 de março de 2009	19.a	2.000	-	2.000
Prejuízo do período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009		-	(8.926)	(8.926)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>51.001</u>	<u>(8.926)</u>	<u>42.075</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2009	31/12/2008
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Prejuízo do período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009	(8.926)	-
Ajustes para conciliar o prejuízo do período de 22 de fevereiro a 31 de dezembro de 2009 com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	8.163	-
Baixa de ativos imobilizados	484	-
Despesas com juros sobre empréstimos com partes relacionadas	6.152	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12.386	-
(Aumento) redução em ativos:		
Estoques	13	(379)
Contas a receber	(4.089)	-
Impostos a recuperar	(480)	-
Despesas antecipadas	(93)	(239)
Outros créditos	(25)	(643)
(Aumento) redução em passivos:		
Fornecedores	(12.872)	9.848
Fornecedores - partes relacionadas	2.277	820
Cauções contratuais de fornecedores	1.142	607
Obrigações sociais e trabalhistas	918	-
Obrigações fiscais e provisão para imposto de renda e contribuição social	(388)	-
Outras contas a pagar	2.837	1.315
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>7.499</u>	<u>11.329</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(137.553)	(72.030)
Aquisição de itens do ativo intangível	(1.887)	(71)
Aumento do ativo diferido	-	(35.545)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(139.440)</u>	<u>(107.646)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos e financiamentos:		
Captações	252.259	70
Pagamentos	(111.911)	-
Empréstimos de partes relacionadas:		
Obtenção de mútuo	-	67.118
Pagamentos	(2.983)	-
Integralização de capital	17.000	34.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>154.365</u>	<u>101.188</u>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>22.424</u>	<u>4.871</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.872	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	27.296	4.872
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u>22.424</u>	<u>4.871</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA O PERÍODO DE 22 DE FEVEREIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(EM FASE PRÉ-OPERACIONAL ATÉ 21 DE FEVEREIRO DE 2009)  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS	
Vendas de serviços	<u>75.398</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	
Custos de serviços prestados	(38.117)
Custo da concessão	(10.562)
Outros	<u>(6)</u>
	<u>(48.685)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	26.713
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(8.163)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>18.550</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas financeiras	2.234
Outros	8.454
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>29.238</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	
Pessoal e encargos:	
Remuneração direta	7.103
Benefícios	1.535
FGTS	440
Impostos, taxas e contribuições:	
Federais (incluindo IOF)	4.476
Municipais	3.299
Remuneração de capitais de terceiros:	
Juros	9.122
Juros capitalizados	4.622
Aluguéis	267
Remuneração de capitais próprios:	
Juros	3.468
Juros capitalizados	3.832
Prejuízo incorrido	<u>(8.926)</u>
	<u><u>29.238</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. (“Sociedade”) foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração dos lotes rodoviários BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e com o Contrato de Concessão. A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes e contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Sociedade possui cinco praças de pedágio que já se encontram em operação, localizadas nos municípios de São José dos Pinhais - PR (P-1), Garuva - SC (P-2), Araquari - SC (P-3), Porto Belo - SC (P-4) e Palhoça - SC (P-5).

Em 31 de dezembro de 2009, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$939 milhões (informação não auditada). No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram gastos R\$137,5 milhões (R\$72,03 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2008) para os investimentos iniciais da infraestrutura da Sociedade.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de



quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Em decorrência de o modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Sociedade não pagará ao poder concedente pela exploração dos lotes mencionados nenhum ônus fixo e/ou variável pelo direito de concessão.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e os demais pronunciamentos contábeis do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade são:

### a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo o valor de mercado, conforme descrito na nota explicativa nº 3, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

### b) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização na data do balanço, são registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda.

### c) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, incluindo encargos financeiros capitalizáveis, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

### d) Intangível

Corresponde aos valores das licenças de uso de software, deduzidos das amortizações à taxa de 20% ao ano.

e) Diferido

Corresponde aos gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008 e está sendo amortizado de forma linear pelo período de dez anos em virtude dos prazos esperados de benefício futuro.

f) Demais ativos

Demonstrados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais ou monetárias auferidos até as datas dos balanços.

g) Empréstimos e financiamentos

Registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos custos necessários para a operação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

h) Demais passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos em base “pro rata” dia.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações monetárias, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

j) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas dos balanços, bem como os valores das receitas e despesas durante os períodos reportados. Para elaborá-las, a Administração da Sociedade preparou várias estimativas e premissas, inclusive seleção das vidas úteis do imobilizado, outras despesas provisionadas, provisão para contingências e valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

k) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações existente na data do balanço.



### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa e contas bancárias	<u>1.721</u>	<u>3.098</u>
Equivalentes de caixa (*):		
Banco Itaú S.A.	19.545	1.487
Banco Santander S.A.	-	110
Banco Unibanco S.A.	-	1
Banco Bradesco S.A.	3.423	176
Banco Citibank S.A.	1.402	-
Banco Pactual S.A.	<u>1.205</u>	<u>-</u>
	<u>25.575</u>	<u>1.774</u>
	<u>27.296</u>	<u>4.872</u>

(\*) Os saldos de equivalentes de caixa são representados por aplicações financeiras de liquidez imediata que são remuneradas por índices que variam de 100% a 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2009</u>
Receitas acessórias a receber	183
Pedágio eletrônico a receber	3.153
Cartões de pedágio a receber	706
Partes relacionadas	<u>47</u>
	<u>4.089</u>

Os valores a receber vencem em até 30 dias e não há créditos em atraso.

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não identificou a necessidade de registrar provisão para devedores duvidosos.

### 5. ESTOQUES

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Defensas	235	89
Cercas	37	47
Materiais de sinalização	34	56
Uniformes e EPIs	31	-
Materiais para praças	<u>29</u>	<u>187</u>
	<u>366</u>	<u>379</u>

### 6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Referem-se a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras.



## 7. DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Seguros	257	239
Outros (antecipação de verba da Polícia Rodoviária Federal - SC)	<u>75</u>	<u>-</u>
	<u>332</u>	<u>239</u>

Representam despesas com seguros e custos antecipados referentes à verba da Polícia Rodoviária Federal - SC, que serão apropriadas ao resultado conforme o período de competência.

## 8. IMOBILIZADO

É composto por:

	Taxas ponderadas de depreciação - %	<u>31/12/2009</u>		<u>31/12/2008</u>	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Recuperação da rodovia	4,18 a 50 (b)	64.641	(1.636)	63.005	-
Operação da rodovia	4,18 a 10	127.909	(3.565)	124.344	972
Melhoramentos	4,18	2.645	(47)	2.598	-
Móveis e utensílios	10	563	(51)	512	232
Máquinas e equipamentos	10	8.715	(479)	8.236	164
Prédios e benfeitorias	10	289	(27)	262	106
Computadores e periféricos	20	645	(132)	513	286
Veículos	20	43	(8)	35	13
Obras em andamento (a)	-	26.675	-	26.675	96.571
Adiantamento a fornecedores	-	<u>50</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>317</u>
		<u>232.175</u>	<u>(5.942)</u>	<u>226.230</u>	<u>98.661</u>

- (a) Referem-se a obras em andamento nas rodovias, tais como pavimentação, acostamentos, canteiro central, obras-de-arte especiais, terraplanagem, implantação de sistema de arrecadação e sinalização, entre outros.
- (b) Taxa de depreciação de acordo com o início da operação, até o encerramento do Contrato de concessão (15 de fevereiro de 2033), variando de acordo com o tipo de imobilização e sua vida útil.

As adições ao ativo imobilizado ocorridas após a contratação da concessão, não sujeitas à indenização por parte do Poder Concedente quando do término da concessão e cujas vidas úteis estimadas sejam superiores ao período da concessão, são depreciadas com base no período restante do Contrato de Concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos em determinadas condições, desde que autorizado pelo Poder Concedente, realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram capitalizados R\$8.454 de encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros e mútuos com partes relacionadas.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação nos bens do ativo imobilizado. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2009
Recuperação da rodovia	-	6.898	-	57.743	64.641
Operação da rodovia	1.008	9.734	(65)	117.232	127.909
Melhoramentos	-	23	-	2.622	2.645
Móveis e utensílios	244	266	-	53	563
Máquinas e equipamentos	171	7.613	(19)	950	8.715
Prédios e benfeitorias	111	178	-	-	289
Computadores e periféricos	319	281	-	45	645
Veículos	13	30	-	-	43
Obras em andamento	96.570	102.132	(45)	(171.982)	26.675
Adiantamento a fornecedores	317	7.395	-	(7.662)	50
Depreciação acumulada	(92)	(5.856)	3	-	(5.945)
	<u>98.661</u>	<u>128.694</u>	<u>(126)</u>	<u>(*) (999)</u>	<u>226.230</u>

(\*) Representa reclassificação para o ativo intangível de valores classificados como "Obras em andamento" em 2008.

## 9. INTANGÍVEL

	Taxas ponderadas de amortização - %	31/12/2009		31/12/2008
		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Direitos de uso de software	20	<u>2.692</u>	<u>(343)</u>	<u>2.349</u>
				<u>151</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de registro de provisão para redução desses ativos ao valor de recuperação em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.



## 10. DIFERIDO

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Pessoal/Administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciação/amortização	54	54
Conservação de rodovia	10.169	18.225
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Encargos tributários	1.418	1.418
Outros	746	746
Resultado financeiro	(1.327)	(1.327)
Amortização	<u>(1.984)</u>	<u>-</u>
	<u>25.505</u>	<u>35.545</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos Contratos de Concessão, incorridos até a data de início da cobrança dos pedágios. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

No mês de janeiro de 2009 ocorreu uma reclassificação de conservação de rodovia para a conta “Imobilizado em andamento”, no valor de R\$8.056, referente a obras de investimentos classificadas pelo custo em dezembro de 2008.

A Sociedade, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação dos valores registrados como ativo diferido. Com base nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

## 11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

<u>Instituições credoras</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31/12/2009</u>		<u>31/12/2008</u>
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Não circulante</u>
BNDES (b)	TJLP + 3,58% a.a.	Janeiro de 2011	216	146.404	-
Banco Votorantim/FINAME (a)	TJLP + 2,60% a.a.	Agosto de 2013	202	552	55
Banco Santander/FINAME (a)	TJLP + 6% a.a.	Abril de 2012	<u>1.877</u>	<u>3.538</u>	<u>-</u>
			<u>2.295</u>	<u>150.494</u>	<u>55</u>

- (a) Financiamento para aquisição e instalação de equipamentos nas praças de pedágios. Os financiamentos estão garantidos por notas promissórias e aval da sociedade controladora, e pelos bens objeto da operação.
- (b) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 10 de junho de 2009 para financiamento das obras e de serviços iniciais de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias operadas pela Sociedade, como também os gastos pré-operacionais. Os créditos foram liberados em junho de 2009 e fazem parte do subcrédito “A” do contrato, estando a garantia deste vinculada aos índices financeiros da sociedade controladora; no caso de não-atingimento desses índices, a Sociedade deverá apresentar ao BNDES uma carta de fiança no valor de 100% do subcrédito “A”.



Para os empréstimos vigentes a garantia é o aval da sociedade controladora, Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas relativas ao passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2011	149.266
2012	1.091
2013	137
	<u>150.494</u>

Os empréstimos obtidos com o BNDES estão sujeitos a certas cláusulas restritivas que implicam vencimento imediato no caso de descumprimento das seguintes condições:

Da Sociedade:

- Manter situação regular com suas obrigações com os órgãos do meio ambiente.
- Não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias com outros credores.
- Não constituir garantia real em virtude de determinação legal ou garantia em juízo, sem comunicar prévia e formalmente ao BNDES.
- Não constatar situação de inadimplemento de qualquer obrigação da Sociedade ou de sua controladora.
- Não alterar o controle efetivo da Sociedade após a contratação da operação sem prévia e expressa autorização do BNDES.
- Em caso de redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou recolocação dos trabalhadores em outras empresas.

Do acionista:

- Não incluir a Sociedade em acordos societários, estatuto ou contrato social que impliquem restrições a capacidade de crescimento, acesso a novos mercados e prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.
- Não submeter à oneração ações de sua propriedade e da Sociedade ou à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos, que importem em modificações na atual configuração da Sociedade, sem a aprovação do BNDES.
- Não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre o capital próprio cujo valor supere o percentual estabelecido por lei.
- Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da Sociedade.

- Tomar as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da operação do empréstimo.
- Manter a razão entre a dívida líquida (dívida bruta - caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA (lucro antes dos impostos, depreciação, amortização e juros) inferior ou igual a cinco vezes durante o cumprimento do contrato de financiamento, e a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total maior ou igual a 20%.
- Apresentar ao BNDES o balanço trimestral auditado por empresa de auditores independentes registrados na CVM.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas nas datas das demonstrações financeiras.

## 12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Salários e remunerações	1	-
Encargos sociais e previdenciários	289	199
Provisão para férias	576	233
Provisão para encargos sociais e previdenciários	200	89
Provisão para participação nos resultados	<u>672</u>	<u>299</u>
	<u>1.738</u>	<u>820</u>

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no fim do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. As metas são como segue:

### a) Dos participantes

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados com vínculo empregatício ou que foram demitidos no período de abrangência dessa concessão.

Participarão os empregados que não foram dispensados por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

### b) Definição dos valores

São considerados como critérios para a definição dos valores a serem pagos o tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões, aos quais serão atribuídos pesos conforme tabelas específicas.



## 13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
IRRF	143	250
PIS	68	-
COFINS	314	-
Outros tributos federais	427	1083
Outros tributos municipais	<u>628</u>	<u>663</u>
	<u>1.580</u>	<u>1.996</u>

## 14. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término das obras contratadas e sua aprovação pela Administração da Sociedade.

## 15. TAXA DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$583 (R\$535 em 31 de dezembro de 2008) é representado pela verba da fiscalização paga mensalmente, desde o início da concessão em 15 de fevereiro de 2008, conforme mencionado na nota explicativa nº 26.

## 16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Adiantamento recebido - seguros - sinistros novembro de 2009	3.000	-
Outras obrigações	<u>584</u>	<u>795</u>
	<u>3.584</u>	<u>795</u>

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Fornecedores - empresas ligadas - circulante:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (b) e (c)	441	442
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b) e (c)	1.482	8.115
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (b) e (c)	405	-
Centrovias Sistema Rodoviário S.A. (c)	-	3
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	<u>1.407</u>	<u>1.439</u>
	<u>3.735</u>	<u>9.999</u>
Empréstimos e financiamentos - sociedades ligadas - circulante-		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. - mútuo (a)	<u>4.327</u>	<u>-</u>
Contas a pagar - não circulante-		
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. - mútuo (a)	<u>67.000</u>	<u>68.158</u>



- (a) Representa contratos de mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade e dos gastos iniciais na análise e no levantamento qualitativo e quantitativo para a participação da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (sociedade controladora) no processo de licitação da concessão e notas de débitos relacionados às despesas advocatícias, entre outras similares. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano. O saldo é composto como segue:

Data da liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Saldo devedor	
				31/12/2009	31/12/2008
04/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	4.000	4.258	4.158
17/09/2008	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.323	5.176
29/09/2009	Março de 2012	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.129	2.065
06/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	8.000	8.517	8.232
27/10/2008	Abril de 2012	CDI + 1,037% a.a.	6.000	6.338	6.131
05/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.646	10.815
28/11/2008	Mai de 2012	CDI + 1,037% a.a.	10.000	10.646	10.107
05/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	5.000	5.323	5.042
19/12/2008	Junho de 2012	CDI + 1,037% a.a.	<u>17.000</u>	<u>18.098</u>	<u>17.062</u>
			<u>67.000</u>	<u>71.327</u>	<u>68.158</u>

Os juros vencem anualmente no mês de dezembro, contados a partir de dezembro de 2010. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos na mesma data do principal.

- (b) Os saldos mantidos com a Paulista Infra-Estrutura Ltda. referem-se a serviços de gerenciamento de obras, enquanto a Latina Manutenção de Rodovias Ltda. e Latina Sinalização de Rodovias Ltda. prestam serviços de execução de obras de pavimentação e sinalização das rodovias.

- (c) Sociedade controlada pela Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificadas como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para contingências. Tais processos representam R\$1.765 e R\$160, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2009 está representado por 51.001 ações ordinárias, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.	50.996	99,99
Conselheiros	<u>5</u>	<u>0,01</u>
	<u>51.001</u>	<u>100,00</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade realizou os seguintes aumentos de capital nas seguintes datas:

	<u>R\$</u>
27 de fevereiro de 2009	15.000
19 de março de 2009	2.000

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social da Sociedade era de R\$51.001 (R\$34.001 em 31 de dezembro de 2008) e estava representado por 51.001 (34.001 em 31 de dezembro de 2008) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/2009</u>
Despesa com pessoal	3.538
Serviços de terceiros	1.533
Materiais e equipamentos	621
Depreciação e amortização	571
Despesas gerais	<u>1.909</u>
	<u>8.172</u>

21. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, a Sociedade pagou os montantes de R\$523 e R\$410, respectivamente, a título de remuneração de seus administradores, estando esse valor relacionado a remunerações fixa e variável de R\$371 (R\$300 em 31 de dezembro de 2008) e a encargos sociais e benefícios de R\$152 (R\$110 em 31 de dezembro de 2008). Esses valores correspondem basicamente à remuneração da Diretoria e respectivos encargos sociais. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade, tampouco possuem benefícios indiretos significativos.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras-	
Aplicações financeiras	<u>2.232</u>
Despesas financeiras:	
Encargos financeiros - juros e variação monetária	11.238
Outras despesas	<u>1.398</u>
	<u>12.636</u>



## 23. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 3.

### b) Informações suplementares

	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Caixa pago durante o período referente a- Juros	11.776	-
Atividades de investimentos não relacionadas em caixa- Compra de bens do ativo imobilizado e itens do diferido e do intangível registrada em obrigações	5.369	6.048

## 24. GARANTIAS E SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais e de conservação ordinária da malha rodoviária. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais e avaria de máquinas.

Em 31 de dezembro de 2009, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos	Riscos patrimoniais	165.000
	Responsabilidade civil	20.100
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	80.697

A sociedade controladora é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente.

## 25. BENEFÍCIOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.



## 26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não apresentava saldos de ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira.

### b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas Taxas de Juros de Longo Prazo - TJLP e CDI sobre seus saldos de empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração efetuou análise sensitiva considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos líquidos de aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	Cenário I -	Cenário II	Cenário III
	<u>Provável</u>	<u>(+ 25%)</u>	<u>(+50%)</u>
CDI	8,36%	10,46%	12,55%
TJLP	6%	7,5%	9,0%
Juros a incorrer (*)	29.399	34.573	39.741

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

### c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$3.153, decorrentes de receita de pedágio arrecadada pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - "Sem Parar", registrados na conta "Contas a receber".

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por instituição financeira classificada como de primeira linha (informação não revisada pelos auditores independentes) para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

### d) Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 representam o valor justo, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente. A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos nem outros instrumentos de riscos semelhantes.

## 27. COMPROMISSOS

Os principais compromissos firmados pela Sociedade relacionados à concessão da rodovia, conforme contrato de concessão são:

- a) Recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão.

O valor anual a título de verba de fiscalização será de R\$6.424 em valores de julho de 2007. Até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$160.595, em valores de julho de 2007, conforme determinado no Contrato de Concessão.

A verba de fiscalização será corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio.

- b) A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- c) Não cabe durante a concessão nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão.
- d) A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão.
- e) A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão-de-obra e financiamentos.
- f) A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão.
- g) O estatuto social da Sociedade prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. A documentação relativa ao pedido de registro de sociedade anônima de capital aberto está em fase de análise pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las.



## 28. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

### Alterações nas práticas contábeis brasileiras

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data da preparação dessas demonstrações financeiras, 42 novos pronunciamentos técnicos e 12 interpretações técnicas haviam sido emitidos pelo CPC aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs e ICPCs que poderão ser aplicáveis para a Sociedade, considerando-se suas operações, são:

<u>CPC</u>	<u>Título</u>
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
28	Propriedades para Investimento
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
40	Instrumentos Financeiros: Apresentação
 <u>ICPC</u>	
01	Contratos de Concessão
03	Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
09	Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial
10	Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43

A Administração da Sociedade está analisando os impactos das alterações introduzidas por esses novos pronunciamentos. No caso de ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2010, a Sociedade irá avaliar a necessidade de remensurar os efeitos que seriam produzidos em suas demonstrações financeiras de 2009, para fins de comparação, caso esses novos procedimentos já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.